

EDUCAÇÃO PERMANENTE NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – AVANÇOS E DESAFIOS NO MUNICÍPIO DE FRANCA/SP

CÉLIO VANDERLEI MORAES¹
FRANCISCA RODRIGUES PINI²

RESUMO

O presente artigo discutirá os avanços e desafios da Educação Permanente no município de Franca – SP, que conta com a assessoria do Instituto Paulo Freire. Para isto, parte da contextualização dos desafios contemporâneos do SUAS e neste, da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (Resolução CNAS nº 004/2013). Situa os patamares formativos presentes na normativa e passa ao projeto de formação desenvolvido no município de Franca – SP. São apresentadas as ações realizadas no período 2014 – 2016 e destaca os avanços obtidos: a) Concepção; b) Comprometimento ético-político com o SUAS; c) Atuação em Rede; d) Referenciamento e contrarreferenciamento e, e) Atuação dos Técnicos de Referência. Na sequência são indicados os desafios para a continuidade do reordenamento institucional: 1) Ampliação das unidades e equipes de trabalho; 2) Criação de espaços e estratégias de protagonismo dos usuários; 3) Pactuação dos Fluxos e estabelecimento de Protocolos de atuação em Rede; 4) Vigilância socioassistencial integrada e 5) Implementação do Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021. O artigo conclui indicando a necessidade de continuidade e fortalecimento do processo formativo para a garantia dos direitos da população Francana.

PALAVRAS-CHAVE:

Assistência social, educação permanente, proteção social integrada.

1. Psicólogo, mestre em Psicologia Social Universidade Federal/SC.

2. Assistente Social, mestre e doutora em Políticas Sociais e Movimentos Sociais PUC/SP.

ABSTRACT

This article will discuss the advances and challenges of Permanent Education in the municipality of Franca - SP, which counts on the advice of the Paulo Freire Institute. For this, part of the context of the contemporary challenges of SUAS and in this, the National Policy of Permanent Education of SUAS (CNAS Resolution 004/2013). It situates the training levels present in the regulations and passes to the training project developed in the city of Franca - SP. The actions carried out during the period 2014 - 2016 are presented and highlights the advances obtained: a) Conception; b) Ethical-political commitment with SUAS; c) Networking; d) Referencing and counter-referencing and, e) Performance of Reference Technicians. Following are the challenges for the continuity of institutional reorganization: 1) Expansion of the units and work teams; 2) Creation of spaces and strategies of protagonism of the users; 3) Flow Pacing and establishment of Networking Protocols; 4) Integrated socio-assistance surveillance and 5) Implementation of the Municipal Social Assistance Plan 2018-2021. The article concludes by indicating the need for continuity and strengthening of the training process for guaranteeing the rights of the French population.

KEYWORDS

Social assistance, permanent education, integrated social protection.

EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SUAS DE FRANCA: ABORDAGENS CONCEITUAIS

A Política de Assistência Social integra hoje o sistema de proteção social brasileiro e tem o importante papel de despertar a consciência crítica e a participação social da população nos espaços de atendimento e de construção da política social no município.

O conjunto de normativas da Política de Assistência Social orienta para o reordenamento das práticas profissionais propondo romper com o assistencialismo ainda presente no agir profissional das/os trabalhadoras/es da área. Pressupõe que a prática profissional seja promotora de conhecimentos e valores como: participação ativa, democracia de base, convivência e reconhecimento da diversidade, por meio de programas, projetos e serviços que subsidiem e instiguem a população usuária a refletir sobre o sistema social vigente, as causas dos problemas sociais vivenciados, as condições de exploração, violência e desigualdade.

A política de assistência social, desde a implementação de seu Sistema Único de Assistência Social – SUAS (Resolução 145/2004 e Lei Federal 12.435/2011) vem passando por constantes e significativas transformações. O nível de profissionalismo exigido, tanto na execução do atendimento, quanto na gestão são inéditos e demandam um refinamento formativo proporcional aos avanços qualitativos pretendidos. Garantir direitos da população, priorizando aqueles em maior vulnerabilidade social e, ainda, promovendo o protagonismo dos mesmos neste processo é tarefa as mais complexas que se pode imaginar na contemporaneidade.

Um primeiro grande aspecto a considerar é a compreensão que se tem em relação à exclusão dos direitos. Não se pode mais admitir que os trabalhadores/as envolvidos mantenham a visão individualizante focada no atendimento às “pessoas carentes”. É preciso desvelar a estrutura social que nega o acesso às condições adequadas de vida para a maioria da população e, ao mesmo tempo, possibilita a concentração das riquezas geradas pelo trabalho para além da capacidade de usufruto nas mãos de uma pequena minoria que sequer contribui para sua produção. O ocultamento desta situação é avassalador e compromete completamente a possibilidade de intervenções transformadoras no âmbito das políticas públicas.

A noção de direitos sociais, muitas vezes, vem esterilizada do seu teor político relativo à desigualdade social. Quando considerado os discursos oficiais, muitas vezes se poderia acreditar que se trata apenas de remover precariedades institucionais ou aprimorar tecnicamente os fazeres e teríamos toda a população vivendo a plenitude de suas potencialidades. A exclusão precisa ser concebida como um produto ativo de nosso modo de produção para que se consiga identificar na política de assistência social uma ação estratégica para seu enfrentamento.

Esta concepção se contrapõe a grande parte da formação de base dos/das trabalhadores/as que hoje atuam no atendimento socioassistencial e esta é uma barreira enorme a ser encarada para a qualificação desta política social pública.

Outro aspecto igualmente importante diz respeito ao próprio caráter inovador desta política. Foram séculos de práticas assistencialistas que deixam um legado cruel de bondade – passividade. A expectativa tanto do senso comum, quanto

daqueles que ocupam as estruturas de poder, é de que se exerça a melhor benevolência possível, enquanto que a população já vilipendiada em suas condições básicas de subsistência, espera por ajuda sem contrapor-se à ostentação obscena de uns poucos privilegiados. Já não basta paciência e bom coração para atuar com uma política que concebe a população como sujeito de direitos, muitas normativas, procedimentos padronizados, registros e processos avaliativos. Todos os dias novos refinamentos são necessários para dar continuidade à montagem da máquina institucional responsável do SUAS, que ainda está muito distante de uma concepção teórica que assegure à população condições de desenvolver com autonomia a sua cidadania.

Por isso, não se trata de uma atualização, tanto em relação às normativas quanto às inovações metodológicas no atendimento, implicam em apreensões de novos sentidos e significados que atribuem ao exercício cotidiano do fazer profissional. Desse modo, a processualidade da educação permanente responde de forma significativa a uma dimensão do trabalho profissional.

A construção de estratégias para abordar temas presentes nos territórios como: situações de negligência em relação à pessoa idosa, criança e adolescente, pessoa com deficiência e as diversas expressões da violência exigiu uma densa compreensão sobre a realidade.

Para refletir os temas presentes no território a abordagem metodológica da Leitura do Mundo contribuiu para inserir a população atendida no debate. Leitura do Mundo é conceito central da pedagogia freiriana que, ao entender a realidade histórica como uma criação humana, reconhece o ser humano como sujeito capaz de transformar a si próprio e o mundo em que vive. Por meio de uma ação consciente empreendida socialmente, o ser humano pode, em diálogo com seus semelhantes e com a própria realidade, ler o mundo e agir, intencionalmente, sobre ele, com vistas a sua transformação (FREIRE, 1967).

No processo de Leitura do Mundo junto às famílias, estas demonstraram o quanto a realidade do território onde vivem são impactadas pelas dimensões: social, ambiental, cultural, política e econômica e as violações cometidas contra crianças, adolescentes, adultos e idosos podem ser interrompidas por intervenções das políticas sociais que desenvolvem com a população conhecimento que as engajem no processo efetivo da participação cidadã.

Desde 2014 o município de Franca/SP vem desenvolvendo ações de formação continuada aos/as Trabalhadores/as do Órgão Gestor, Unidades Públicas e Rede Socioassistencial, em parceria com o Instituto Paulo Freire.

A formação permanente propiciou às trabalhadoras/es a realização da sistematização da experiência vivida. Neste processo foi percebido a importância do registro para a construção do conhecimento.

Os instrumentos de registro devem permitir a recuperação dos acontecimentos, fatos e contextos contemplando as especificidades das ações e dos sujeitos que dela participam, de modo que as informações traduzam as experiências vividas.

A sistematização refere-se a uma interpretação crítica da prática, resultado do esforço de compreensão do sentido das experiências. Produz um novo conhecimento, ao conceituar a experiência vivida. Tal interpretação crítica só é possível

quando tomamos distância da experiência e a ordenamos, reconstruindo o processo vivido por meio do registro, momento que precede a sistematização.

O registro e a sistematização dos acontecimentos possibilitam que os sujeitos que vivenciaram as experiências, e aqueles que gradativamente se envolveram no processo, possam entender a lógica das relações, as contradições e o contexto em que a experiência se deu, constituindo processos formadores e mobilizadores. Acompanhados da avaliação dialógica, possibilitam a reflexão, a compreensão da experiência vivida, a socialização do conhecimento e a identificação da construção coletiva de novos caminhos.

Um conceito inserido no processo formativo foi a relação de gênero e suas intersecções com a discussão da classe e a questão etnicorracial. Para Saffioti (2002)

No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo esta necessidade de fazer uso da violência (p. 1)

A autora nos desafia a reflexão sobre a violência de gênero e como superá-la nas relações sociais, tendo em vista que ele se expressa em diferentes contextos da vida social. Sendo assim, o trabalho nas oficinas e grupos que envolvem a Política de Assistência Social assume um novo significado com as mulheres, crianças, adolescentes, adultos e idosos de ambos os sexos exigindo dos/as trabalhadores/as a compreensão dessa dominação e a formulação de estratégias que promovam na e com a população condições de perceberem a violência que estão expostos em face as desigualdades sociais, mas também as violências em que estão sujeitos a praticá-las em decorrência de uma construção social que legitima uma hierarquização nas relações e promove uma cultura da violência. Trabalhar no cotidiano a superação dessa violência é assumir um compromisso ético político em favor de outro projeto societário.

Em coerência com a questão formativa, o Conselho Nacional de Assistência Social, depois de muitos estudos e aprimoramentos graduais, consolidou uma Política Nacional de Educação Permanente do SUAS por meio da Resolução CNAS nº 004/2013. Nela está prevista que todos os/as trabalhadores/as deverão ser inseridos em um percurso formativo, tão logo ingresse no sistema, e que este processo se estenda por toda sua carreira laboral, tendo em vista a alta qualificação necessária em sua atuação.

São sete os patamares formativos não excludentes a serem desenvolvidos e alcançarem a todos os/as trabalhadores/as, tanto do poder público quanto das

entidades socioassistenciais, de acordo com a especificidade da atuação de cada um. Cabe ao Conselho de Assistência Social respectivo (município, estado, distrito federal ou nacional), aprovar regularmente o Plano que envolva atividades em cada um deles, em condições proporcionais às necessidades locais. São eles:

- a) *Formação Introdutória*, com carga horária entre 20 e 40 horas, deve ser dirigida a todos os trabalhadores e gestores, tem como foco a compreensão da problemática e o SUAS, assim como sua atuação específica, na medida do possível;
- b) *Atualização*, com carga horária entre 40 e 100 horas, deve ter como foco às inovações relacionadas com a área em que cada um estiver inserido e deve ser constante em toda a carreira do trabalhador e gestor;
- c) *Aperfeiçoamento*, com carga horária acima de 180 horas, se propõe a qualificar a atuação específica de cada modalidade de atendimento ou eixo de gestão;
- d) *Supervisão técnica*, com carga horária mínima de 4 horas mensais, foi regulamentada posteriormente (Resolução CNAS nº 006/2016) e prevê que todas as equipes precisam receber o apoio formativo para o aprimoramento constante de seus fazeres;
- e) *Formação Técnica de Orientadores Sociais*, com carga horária de 800 horas, é dirigida aos profissionais de nível médio tanto para atuação na proteção social básica quanto na proteção social especial, nos diferentes serviços onde são demandados;
- f) *Especialização*, na forma de cursos de pós-graduação *latu sensu*, com carga horária acima de 360 horas, deve ser dirigida aos técnicos de nível de escolaridade superior, para consolidar sua formação acadêmica em consonância com as demandas do SUAS;
- g) *Mestrado Profissional*, com caráter de pós-graduação *stricto sensu*, busca qualificar os trabalhadores para o exercício profissional e, também, para a pesquisa e desenvolvimento do SUAS.

No município de Franca, desde 2014 foi desencadeado um denso processo de formação, em que articulou formação introdutória, continuada e supervisão técnica.

O desafio da educação permanente é extremamente difícil em um momento histórico onde a ameaça às parcas conquistas sociais tem sido intensificada. A restrição de recursos financeiros e a revitalização de valores e práticas conservadoras tem crescido exponencialmente ao mesmo tempo em que o aprimoramento normativo do SUAS aponta as minúcias necessárias ao fazer consequente para a garantia de direitos. Sem deixar de considerar o embate político representado pela valorização de uma política pública garantidora de direitos, é imprescindível que dedique a máxima atenção à qualificação das/dos trabalhadoras/es e gestores responsáveis por sua concretização. A Educação Permanente no SUAS, neste sentido, ocupa o lugar estratégico do embate histórico onde estão em jogo os direitos da população em maior vulnerabilidade social.

PROCESSO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM FRANCA – SÃO PAULO

O município de Franca, localizado no interior do estado de São Paulo, distando cerca de 400 km da capital, tem cerca de 6 mil famílias alcançadas somente pelo programa de transferência de renda federal³, representando 6% de sua população, que somam 318 habitantes conforme (IBGE/2010) Vale lembrar que isto significa que estas famílias vivem com renda máxima de R\$ 170,00 mensais por pessoa. Cada uma destas famílias recebe um complemento de renda que, no caso específico de Franca, tem média de R\$ 166,75. Para prestar o atendimento regular de Proteção Social Básica Proteção Social Especial, o município conta uma rede pública composta por cinco CRAS e dois CREAS, um Centro para População em Situação de Rua, além de uma rede de entidades socioassistenciais não estatal.

O processo da educação permanente foi planejado coletivamente com os sujeitos do SUAS de Franca.

No primeiro ano foi dedicado centralmente ao aprofundamento das concepções que fundamentam o trabalho na política de Assistência Social na contemporaneidade com os/as trabalhadores/as das unidades públicas, buscando alicerçar as bases do reordenamento institucional, que é o objetivo geral de todo processo formativo. Por reordenamento institucional, neste contexto, deve-se entender a reorganização da gestão e do atendimento socioassistencial na direção da implementação integral do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), qualificando as ofertas e promovendo os direitos da população alcançada.

O segundo ano foi focado na Proteção Social Básica e incluiu as unidades de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças, adolescentes e idosos, sob responsabilidade de entidades socioassistenciais. Os trabalhadores da proteção social especial foram envolvidos no sentido da integração dos trabalhos e apropriação do reordenamento institucional. Ao final de 2015 foi gerada uma produção coletiva, na forma de um livro, que refletiu o processo desenvolvido durante o processo.

No terceiro ano, em 2016, a Proteção Social Especial ganhou centralidade, sendo desenvolvidas formações específicas para os diversos serviços neste nível de intervenção e, em paralelo, desenvolvidas atividades de supervisão técnica por território, contemplando os serviços de Proteção Social Básica. Da mesma forma que no ano anterior, uma produção coletiva, na forma de livro, registrou as problematizações do processo e consolidou os avanços obtidos até então.

No quarto ano, em 2017 do projeto foram intensificadas as atividades de supervisão, tanto da proteção social básica quanto na proteção social especial e ampliadas as formações introdutórias na proteção especial, incluindo os serviços de alta complexidade.

A adoção da teoria social contribuiu para a apreensão de novos conceitos e significados ao trabalho profissional e possibilitou a formulação de procedimentos

3. 6.075 beneficiárias do Programa Bolsa Família em novembro de 2017, conforme Relatório de Informações Sociais – MDS.

metodológicos que assegurasse a efetiva participação da população na construção da política de assistência social.

Na análise de Yamamoto (2005), O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia a dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários (p.17)

Todo este processo foi minuciosamente preparado, com Planos Temáticos pactuados com as equipes, com cadernos formativos, atividades presenciais e à distância específica para cada turma. Foram também realizados registros rigorosos das atividades realizadas, das avaliações pelos participantes a cada momento foi acompanhado por um coletivo do processo formativo com a gestão e coordenadoras das unidades públicas estatais.

Trata-se de um investimento significativo por parte do município na qualificação da política de assistência social, que transcende o cumprimento formal das obrigações da gestão. É a concretização do compromisso com o SUAS, para além da mera implementação de normativas, situação que infelizmente tem sido rara no momento atual. Há que se frisar também, que mesmo com a mudança de gestão municipal em 2017, houve a continuidade do projeto foi mantida as equipes das unidades públicas, o que reforça a concepção de política pública e não meramente a ação de um governo. Evidentemente que a nova gestão implantou *ações não previstas no SUAS, para justificar a marca de um governo*. Isso trouxe prejuízo para o conjunto da política pública, tendo em vista o diálogo com o favor e não com o direito de cidadania.

O reordenamento institucional é um processo de longo prazo que envolve diferentes dimensões de uma política pública. Apesar de que a formação ocupa um papel estratégico, ela não é suficiente para gerar todos os resultados pretendidos. Há avanços identificáveis neste sentido, mas há também muitos desafios a serem enfrentados para que se possa assegurar o êxito em todo este trabalho.

Dentre os frutos gerados até o momento podemos destacar:

- a) Concepção:** Pode-se afirmar que os trabalhadores do SUAS do município têm hoje um bom nível de conhecimentos sobre a concepção e os compromissos desta política pública no contexto da conquista dos Direitos Humanos, de maneira mais ampla. Mais que um discurso reproduzido, percebe-se a densidade argumentativa e a clareza em relação ao momento vivido no município em relação à implementação integral do Sistema;
- b) Comprometimento ético-político com o SUAS:** vinculado à apropriação da concepção, já se observa o compromisso dos envolvidos tanto em sua atuação cotidiana, como na articulação do segmento dos trabalhadores, na forma do Fórum Municipal de Trabalhadores do SUAS;
- c) Atuação Territorial e em Rede:** As equipes de cada unidade atingiram um ótimo grau de integração dos fazeres e compartilhamento de responsabilidades que está fundada na identificação do papel de cada serviço na Proteção Social. Esta integração se estende também à relação entre as

unidades públicas e as entidades socioassistenciais dos territórios. Já se pode afirmar que os participantes identificam sua atuação na rede do SUAS e não mais apenas no âmbito de sua unidade. Esforços profissionais na relação intersetorial tem sido cada vez mais crescente no município, a concepção de incompletude institucional tem feito parte da organização do trabalho nos territórios e processualmente a população tem sido desafiada a compor esta construção territorial.

- d) Referenciamento e contrarreferenciamento:** As interações entre os níveis de proteção e entre as unidades dentro de um mesmo nível já tem por base a compreensão das atribuições a partir das diferenças metodológicas de cada serviço e a necessidade de ação conjunta, superando os meros encaminhamentos entre as partes. Mesmo que os fluxos ainda não estejam consolidados em protocolos formalizados, há experiências exitosas de referenciamento entre unidades;
- e) Atuação dos Técnicos de Referência:** Gradualmente as unidades públicas têm conseguido exercer seu papel na articulação das redes em seus níveis e isto implica na implementação dos técnicos de referência, tanto contribuindo com o acompanhamento dos casos sob atendimento pelas entidades socioassistenciais, quanto no apoio e monitoramento do planejamento dos serviços referenciados.

Não se pode supor que os avanços apontados sejam absolutos ou mesmo irreversíveis, mas é preciso identificar cada uma destas conquistas como passos dados em uma determinada conjuntura para que se consiga antever o restante da trajetória. Em relação ao futuro, há desafios tanto no âmbito de gestão quanto na continuidade da Educação Permanente, a saber:

- 1) Ampliação das unidades e equipes de trabalho:** A estrutura disponível para prestar serviços socioassistenciais ainda está muito aquém do necessário para a implementação adequada do SUAS. Mesmo reconhecendo que é uma situação vivida pelo SUAS em todo o país, cumpre destacar a necessidade de investimentos nas condições de trabalho. O dimensionamento dos territórios e constituição das equipes hoje são absolutamente insuficientes para a demanda atual, quanto mais será na medida em que as mesmas avancem no envolvimento protagônico dos usuários, que certamente identificarão novas demandas ao SUAS;
- 2) Enraizamento da participação da população por meio dos territórios:** Há iniciativas neste sentido, mas ainda são tímidas quando consideramos a importância desta questão para o SUAS. O estabelecimento de coletivos de gestão participativa por unidade e por território será uma decorrência da maturação do processo de trabalho hoje desenvolvido, mas deve também ser fomentada por iniciativas da gestão e do Conselho Municipal de Assistência Social;
- 3) Pactuação dos Fluxos e estabelecimento de Protocolos de atuação em Rede:** Há um bom nível de maturação das relações institucionais entre os

serviços socioassistenciais, mas estes avanços precisam ser legitimados através da validação dos fluxos, na forma de protocolos de atuação integrada. Além disto, há muito o que se fazer em termos de ações intersetoriais, especialmente com a política de saúde, e na articulação com os órgãos do sistema de justiça, Poder Judiciário, Ministério Públicos e Defensoria Pública.

4) Vigilância socioassistencial integrada: A vigilância socioassistencial já é compreendida como desafio a ser assumido por toda a rede socioassistencial, mas o trabalho integrado de monitoramento e avaliação conjunto dos serviços ainda precisa ser desenvolvido. A equipe de gestão responsável pela coordenação da vigilância precisará ser fortalecida para assumir esta forma de trabalho com tudo o que este trabalho implica.

5) Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social 2018 – 2021: O Plano Municipal de Assistência Social 2018 – 2021 em construção e sintonia com todo o processo formativo em desenvolvimento no período. Suas diretrizes e metas tomam por base as deliberações da Conferência Municipal de Assistência Social, a Leitura do Mundo realizadas nos territórios com a participação da população e dialogam com os avanços obtidos. É crucial que o mesmo seja implementado em sua inteireza, com a garantia dos recursos necessários e submissão às prioridades identificadas para a consolidação do Reordenamento Institucional.

Em síntese, o SUAS demanda de todos os seus sujeitos o empenho máximo na ampliação das condições para o atendimento socioassistencial e na qualificação permanente e conjunta dos fazeres comprometidos com as transformações sociais voltadas à garantia dos direitos. O processo formativo, além de possibilitar o aprimoramento técnico do trabalho, tem gerado a unidade necessária à luta política implicada na consecução destes objetivos. A continuidade e o fortalecimento do trabalho realizado até este momento são condições indispensáveis para que a população Francana seja alcançada de forma significativa pela política pública de assistência social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Planos de Assistência Social: diretrizes para elaboração.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Brasília: MDS, 2008. (CapacitaSuas, Volume 3).

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/Presidência da República, 2006. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/publicacoesteste/publicacoes/2006/leimariadape-nha-1.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2017.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais** – Resolução CNAS nº 109 de 11/11/2009. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e Suas Famílias. Brasília, CNAS/MDS, 2009. p. 26 a 29. Disponível em: <<http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-deimprensa/arquivos/folder.2010-11-23.9973739377/Tipificao.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2017.

CAMARANO, A.A (org). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60.** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMPOS, E. B. "Usuários da assistência social: entre a tutela e o protagonismo". In: Paula, R. F. S.; Paz, R. D. O & Stuchi, C. G. (org.). **Assistência social e filantropia: cenários contemporâneos.** São Paulo: Veras, 2012.

CISNE, Mirla. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil.** Tese de doutorado em Serviço Social defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro: UERJ, 2013. p. 43-51. Disponível em: <http://www.btdt.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6406>. Acesso em: 5 mar. 2017.

COUTO, B. R. "Questão social, políticas públicas e direitos sociais: elementos essenciais no debate da assistência social. In: **Encontro Estadual de Conselheiros e Gestores para Qualificação e Aprimoramento da Gestão e Controle da Política de Assistência Social: Sensibilização sobre a Importância do Cras,** Curitiba, jun. 2006.

DOWBOR, Mônica. **Sujeitos da Assistência Social, Estado, entidades assistenciais, assistentes sociais e usuários na trajetória da Assistência Social entre 1974 e 2005.** Mimeo, 2009.

FREIRE, Paulo, 1967. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo, 1991. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez.

FREIRE, Paulo, 1996. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo, 2000. "Diálogo com o educador Paulo Freire". In: VENTORIM, Silvana, org. 2000. **Paulo Freire: a práxis político-pedagógica do educador**. Vitória: Edufes, pp. 273-298.

FREIRE, Paulo, 2000a. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP.

GADOTTI, Moacir, 2006. **Educar para um outro mundo possível: o Fórum Social Mundial como espaço de aprendizagem de uma nova cultura política e como processo transformador da sociedade civil planetária**. São Paulo: Publisher.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira SA. 1982.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Cfess-abepss, Brasília, 2000.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 6. ed. São Paulo:2003.

JARA, Oscar. **Para sistematizar experiências**. San José, Costa Rica: Alforja, 2006.

MOTA, Ana Elizabete. **O mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Cadernos PENESB. Niterói; EdUFF, n. 5, 2004, p. 17-34.

PERES, Gislaine Alves Liporoni [et al.] (orgs.). **Reordenamento institucional da política de assistência social do município de Franca: reflexões teórico-metodológicas para o trabalho cotidiano**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2015. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/download/Livro_Franca_2015.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2017.

PINI, Francisca; ADRIANO, Ana Livia. Educação em Direitos Humanos – abordagens teórico-metodológica e ético-política. In: PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira; MORAES, Célio Vanderlei (Org). **Educação, Participação Política e Direitos Humanos**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.

PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira. **Princípios freirianos e a política de assistência social**. Caderno de Formação para Capacitação para Trabalhadores do Órgão Gestor, Unidades Estatais e da Rede Socioassistencial do Município de Franca, 2016.

SAFFIOTI, I. B. Heleieth. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 13, n. 14, 1999. p. 82-91. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a08.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

SILVA, José Fernando Siqueira. Violência e desigualdade social: desafios contemporâneos para o Serviço Social. Brasília. In: **Revista Ser Social** (UnB). Brasília, v. 19, p. 31-58, 2008).

SPOSATI, Aldáiza. Especificidade e intersectorialidade da política de assistência social. In: **Serviço Social & Sociedade**, nº 77. São Paulo: Cortez, 2004.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília, DF: Opas, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2017.

YASBEK, Maria Carmelita. **Sistemas de proteção social, intersectorialidade e integração de políticas sociais**. Centro Português de Investigação em história e trabalho social, jan. 2010.